

**Edição de texto:**  
Marcos Marcionilo

**Organização:**  
Maria Tereza de Albuquerque Rocha e Sousa

**Revisão:**  
Renato da Rocha Carlos  
Rosimir Espíndola

**Diagramação:**  
Paula Cassan

**Edições Loyola**  
Rua 1822 nº 347 – Ipiranga  
04216-000 São Paulo, SP  
Caixa Postal 42.335 – 04299-970 São Paulo, SP  
☎ (011) 6914-1922  
FAX: (011) 63-4275  
Home page: [www.ecof.org.br/loyola](http://www.ecof.org.br/loyola)  
e-mail: [loyola@ibm.net](mailto:loyola@ibm.net)

*Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.*

ISBN: 85-15-01509-9

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1996.

## Índice

Introdução ..... 11

### Parte I A semântica tradicional

*Platão: discussão entre naturalismo e convencionalismo  
lingüístico* ..... 17

*Aristóteles: a linguagem enquanto símbolo do real* ..... 25

*A semântica de E. Husserl: concepção tradicional da linguagem  
expressa em termos da filosofia da consciência* ..... 35

1) A nova forma da filosofia transcendental ..... 35

2) Os conceitos fundamentais da fenomenologia  
transcendental ..... 42

3) A semântica de Husserl: a frase compreendida como a  
composição ideal de suas partes, isto é, de objetos ..... 43

*F. v. Kutschera: linhas fundamentais de uma semântica realista* ..... 51

*A semântica de Frege* ..... 57

Teoria da significação ..... 62

## JOHN LANGSHAW AUSTIN

### *Teoria dos atos de fala I*

A segunda fase da filosofia de Wittgenstein significou um passo fundamental na superação da semântica tradicional, ou seja, do realismo lingüístico<sup>1</sup>. Critério decisivo para a determinação do sentido das expressões é, de agora em diante, o próprio “uso” das palavras, seu aparecimento nos diferentes jogos de linguagem, que são a expressão de diferentes formas de vida. No entanto, Wittgenstein deixou muitas questões abertas: seu mérito foi abrir uma perspectiva nova de trabalho. Uma vez descortinado o novo horizonte, havia muito o que fazer, mesmo na determinação dos pontos centrais de sua nova imagem da linguagem. Aqui, por exemplo, se trata do novo “critério de sentido”: o uso. Que significa dizer ser o uso que determina o sentido das palavras?<sup>2</sup>

A Escola de Oxford se empenhou em esclarecer essa questão, tendo conseguido dar alguns passos importantes no esclarecimento do

---

1. Ou na expressão de Kutschera, da semântica realista. Cf. Kutschera, *Sprachphilosophie*, 2ª ed. Munique, 1975, pp. 31ss.

2. J. Searle vai, mais tarde, considerar o conceito de uso vago demais como instrumento de análise. Cf. J. R. Searle, *Sprechakte. Ein sprachphilosophischer Essay*, Frankfurt am Main, 1971, p. 221.

fenômeno lingüístico. Iniciador dessa pesquisa em Oxford foi J. L. Austin (1911-1960), cuja influência na articulação do que se convencionou chamar a Filosofia da Linguagem Normal se deu exatamente a partir de sua atividade como professor, pois seus livros só foram publicados depois de sua morte. A respeito de suas idéias, houve interpretações muito diversas, em primeiro lugar, por não ter ele conseguido, durante sua vida, publicar de modo sistemático seu pensamento; em segundo lugar, porque seu itinerário constituiu-se de etapas hoje perfeitamente distinguíveis em sua obra mais importante: *How to do things with words*<sup>3</sup>. Os sete primeiros capítulos desta obra contêm uma perspectiva que, de certo modo, é superada nos capítulos seguintes. Para podermos ter uma visão exata do desenvolvimento de sua teoria, vamos procurar apresentar as duas fases de seu pensamento. A primeira observação a ser feita é que Austin, ao contrário de Wittgenstein, trabalha sistematicamente<sup>4</sup>. Sua primeira obra, que é a primeira teoria sistemática a respeito do que se pode fazer com palavras, foi publicada em 1962 e contém o conteúdo por ele ministrado em 1955. Também seu segundo livro, *Sense and sensibilia*<sup>5</sup>, tinha suas aulas como base.

### a) Teoria da linguagem performativa

Austin principia seu curso, como o Wittgenstein da segunda fase, contrapondo-se à teoria tradicional da linguagem. Para essa concepção, a linguagem é essencialmente descritiva, daí porque no centro de

3. Essa obra é a apresentação de um curso ministrado por Austin na Universidade de Harvard em 1955, onde já parece claro o fim que ele se propôs em sua atividade acadêmica: articular uma teoria da estrutura da linguagem. Cf. J. L. Austin, *Sprechakte (How to do things with words)*, Stuttgart, 1972.

4. Essa é, por exemplo, a posição definida por E. v. Savigny in: *Analytische Philosophie*, Friburgo-Munique, 1970, p. 101, embora possamos dizer, com Searle e Hoche/Strube, que sua teoria da classificação dos atos de fala carece de um princípio de classificação. Cf. J. R. Searle, *Ausdruck und Bedeutung*, Frankfurt am Main, 1982, p. 28. H-U. Hoche/W. Strube, *Analytische Philosophie*, Friburgo-Munique, 1985, p. 251.

5. J. L. Austin, *Sense and sensibilia*, Oxford, 1962.

suas considerações estejam as “sentenças declarativas”, ou seja, aquelas que descrevem um conteúdo qualquer, que afirmam, registram, copiam, de certo modo, um fato qualquer. Não só a linguagem da ciência, o que é compreensível em virtude do fim por ela visado, mas toda linguagem humana é reduzida a sua função designativa, apesar de os gramáticos sempre terem afirmado que nem todas as frases são sentenças declarativas<sup>6</sup>. Tal doutrina chegou, em nosso século, a sua radicalidade por meio do “princípio de verificação do neopositivismo”: uma frase não-verificável era considerada um disparate lingüístico<sup>7</sup>. No entanto, uma pergunta pode e deve ser levantada: as frases absurdas pretendiam, de fato, ser sentenças declarativas? Pode-se, logo, ver que pelo menos alguns dos disparates lingüísticos não tinham a intenção de informar sobre algo, apesar de serem formulados de modo a dar essa impressão. Ora a questão aqui não é, de antemão, declará-los sem sentido, pois nossa linguagem os contém e nós nos entendemos por meio deles, mas, antes, de destruir o preconceito do monopólio das sentenças declarativas<sup>8</sup>. Faz-se necessária uma distinção clara entre os diversos tipos de enunciado. Austin introduz, então, uma distinção importante<sup>9</sup>: ele chama “enunciados constatativos” (e não descritivos, pois a descrição é apenas uma das funções desses enunciados) aos enuncia-

6. Segundo Bühler, Aristóteles já havia percebido que nem toda fala é um juízo e por essa razão nem todo sentido lingüístico está subordinado ao critério da verdade e da falsidade. A respeito de Aristóteles, cf. sobretudo *De Interpretatione*, 17 a 18. Cf. K. Bühler, *Die Krise der Psychologie*, nova ed., Frankfurt-Berlim-Viena, 1978, p. 61.

7. A partir do “critério empirista de sentido”, o positivismo lógico distinguiu dois tipos de frases: as descritivas e as emotivas (normativas). As primeiras são frases que podem ter sentido, as segundas não. Cf. H-U. Hoche/W. Strube, op. cit., p. 248. E. v. Savigny, op. cit., pp. 46ss. F. v. Kutschera, op. cit., p. 66. W. Becker, *Wahrheit und sprachliche Handlung. Untersuchungen zur sprachphilosophischen Wahrheitstheorie*, Friburgo-Munique, 1988, sobretudo cap. II, pp. 38ss. W. Stegmüller, R. Carnap, “Induktive Wahrscheinlichkeit”, in: *Grundprobleme der grossen Philosophen. Philosophie der Gegenwart I*, ed. por J. Speck, Göttingen, 1972, pp. 45ss.

8. Já Wittgenstein considerava esse preconceito, que marcou toda a filosofia do Ocidente até o seu *Tractatus*, fundado numa visão representacionista e monológica da linguagem. Cf. G. A. de Almeida, “Aspectos da Filosofia da Linguagem. Contribuição para um confronto e uma aproximação entre filosofia e ciência da linguagem”, in: *Cadernos SEAF* 1(1978) 64-86.

9. Cf. J. L. Austin, *Zur Theorie der Sprechakte*, op. cit., pp. 23ss.

dos de fato, de pura constatação. Mas além desses enunciados, há outros, que não constata fatos ou ações, mas antes eles mesmos executam uma ação, fazem parte de uma operação. A própria declaração das palavras, realizada em certas condições, significa a execução de uma ação. Por exemplo:

1. digo sim no casamento ao juiz ou ao padre;
2. batizo um navio com o nome de Rainha Elizabeth ao quebrar uma garrafa no casco do navio;
3. deixo meu relógio para meu irmão como parte de um testamento;
4. aposto cinco reais que amanhã chove. Com essas expressões não descrevemos o que pensamos ou fazemos, mas com elas “fazemos realmente alguma coisa”<sup>10</sup>. Quando diante do altar digo sim, não descrevo o que faço, mas caso-me dizendo sim. A esse tipo de expressão lingüística Austin chama de “performativa” (do verbo inglês *to perform*) precisamente para distingui-las das proposições comumente consideradas — aquelas que exprimem um ato de constatação —, pois a própria designação executa uma ação. Tais expressões não descrevem fatos, mas “constituem” fatos, isto é, ações executadas pelo sujeito que as profere. Quando digo, por exemplo, prometo estudar inglês, estou executando o ato de prometer. Não se trata da execução de um ato intencional, interno, espiritual, mas simplesmente da execução de um ato específico. Pelo fato de dizer as palavras, executo um ato determinado. Nesse caso, dizer alguma coisa significa “fazer alguma coisa”.

10. A preocupação central de Austin não é tanto com palavras e mudanças de uso na linguagem do dia-a-dia, mas, acima de tudo, com as diferentes coisas que podem ser feitas com as palavras. Cf. a respeito: H.-U. Hoche/ W. Stube, op. cit. p. 246. Stegmüller se espanta com o fato de que a humanidade levou tanto tempo a perceber que a linguagem é ação. Cf. W. Stegmüller, “Teoria dos atos locucionais: J. L. Austin e J. R. Searle”, in: *A Filosofia Contemporânea* 2, São Paulo, 1972, p. 52: “É um escândalo, uma vergonha para todos aqueles que nos últimos 2.500 anos se preocuparam de algum modo com a linguagem, não se haver chegado, há muito tempo, à descoberta feita por J. L. Austin, cuja essência pode ser resumida na seguinte frase: Com o auxílio de manifestações lingüísticas podemos realizar os mais variados tipos de ações. É particularmente surpreendente que, mesmo depois do *linguistic turn* da filosofia contemporânea, foi preciso que se passassem várias décadas até que um filósofo descobrisse que existem atos locucionais, ou atos de fala”.

Não tem sentido por aqui a pergunta a respeito de sua verdade ou falsidade, o que para a tradição era a característica fundamental das sentenças. O que podemos perguntar é sob que condições a ação em questão se realiza ou não<sup>11</sup>. Quais exigências devem ser cumpridas para que tais atos, de fato, se realizem? Em que circunstâncias se pode dizer que tais atos não chegam à realização? A resposta a essas perguntas constitui o que Austin denomina a “doutrina dos reverses” (*infelicities*) dos atos performativos. Apostar não se faz simplesmente dizendo eu aposto, mas se deve levar também em consideração em que circunstâncias se diz isso. Para que a ação realmente se execute, é necessário que um conjunto de coisas esteja em ordem além das expressões lingüísticas em questão. Trata-se de elaborar um esquema, possivelmente completo, dos possíveis reverses dos enunciados performativos. Os reverses dos atos performativos correspondem, portanto, à falsidade dos atos constativos, só que não se pode esquecer que se trata aqui de uma dimensão diferente. Os atos constativos, com os quais se fala do mundo, são verdadeiros ou falsos de acordo com a correspondência ou não a estados de coisa em questão; os atos performativos, por sua vez, são felizes ou infelizes (*happy* ou *unhappy*) na medida em que as condições para sua realização são cumpridas ou não. Essas condições são “normas convencionais”, o que significa que aqui está em jogo a comunidade lingüística e, portanto, o caráter in-

11. Precisamente porque o fim de suas investigações é diferente da tradição, Austin vai metodologicamente privilegiar a consideração dos casos infelizes. Hoche/ Stube enumeram os motivos dessa preferência na obra de Austin: 1) Por meio deles se pode chegar a distinções relevantes do ponto de vista da filosofia da linguagem, por exemplo à distinção daqueles atos que em sua conexão constituem o falar; 2) pode-se também chegar de modo simples à diferenciação dos atos que, em sua totalidade, constituem um ato de fala determinado. A diferença que para Austin é fundamental entre o ato locucionário e o ato ilocucionário segundo Forguson “might go unnoticed in the normal successful speech act, where this distinction can usually be made only at the level of abstraction, as a ‘distinction of reason’... It is only when meaning and force” come apart “that the normally (merely) abstract acts have a life of their own” (L. W. Forguson, *Locutionary and Illocutionary Acts*, in: Berlin u. a., 1973, 160-185, aqui 171, citado em H.-U. Hoche/W. Stube, op. cit., p. 238-239). 3) Por meio dos casos infelizes podemos detectar as distinções relevantes do ponto de vista filosófico não influenciados por teorias filosóficas ou lingüísticas. Pode-se, então, ir aos fatos sem preconceitos, o que manifesta a cegueira hermenêutica” de Austin. Cf. H.-U. Hoche/ W. Stube, op. cit., pp. 237ss.

tersubjetivo da linguagem humana<sup>12</sup>. Continuando a perspectiva aberta por Wittgenstein, Austin situa a linguagem humana no seio do processo comunicativo. Os atos que executamos por meio dos enunciados performativos executam ações convencionais, ou seja, são executados na medida em que cumprem normas intersubjetivamente estabelecidas. Eles são atos precisamente na medida em que cumprem essas normas e não em virtude de intenções próprias do sujeito. Portanto, são as seguintes as condições de realização de um ato performativo<sup>13</sup>:

- (A.1) É preciso existir um procedimento aceito, tendo certo efeito convencional e de tal modo que esse procedimento inclua o proferimento de certas palavras por certas pessoas em certas circunstâncias.
- (A.2) É preciso que as pessoas e circunstâncias particulares num dado caso sejam apropriadas para a invocação do procedimento particular invocado.
- (B.1) É preciso que todos os participantes executem o procedimento corretamente.
- (B.2) E completamente.

12. Cf. G. A. de Almeida, *Aspectos da Filosofia da Linguagem*, op. cit., p. 78: "... os proferimentos performativos definem uma dimensão essencialmente pública e dialógica da linguagem, pois servem para executar atos que se definem: 1) pela relação palavra/norma social, 2) pela relação palavra/interação. Os proferimentos performativos servem para estabelecer uma forma de comunicação ou de interação do locutor com seu interlocutor por meio da invocação de uma norma ou convenção social". Nesse sentido, pode-se dizer que a teoria dos atos de fala se situa no esforço claro de superar o solipsismo que caracteriza a filosofia moderna da consciência. A linguagem é um modo de agir no mundo, uma prática social concreta; em outras palavras, a linguagem é uma forma de atividade social, uma "forma de vida" na expressão de Wittgenstein. Ao falar, os falantes usam regras que se originam de uma práxis social. Então, o significado das expressões não se constitui a partir das intenções privadas do sujeito falante, mas a partir das práticas e instituições de uma comunidade lingüística. Searle irá depois explicitar essa tese contra as tentativas de Strawson e Grice de revisar as teorias dos atos de fala. Cf., a respeito, P. F. Strawson, "Intention and Convention in Speech Acts", in: *Logico-Linguistic Papers*, Londres-Nova York, 1971, pp. 149-169. H. P. Grice, "Meaning", in: Steinberg & Jakobovits (eds.), *Semantics*, Cambridge, 1971, pp. 53-59. G. A. de Almeida, op. cit., pp. 81ss. H.-U. Hoche/W. Stube, "Strawson und die performative Analyse des Wahrheitsbegriffs", in op. cit., pp. 252ss.

13. Cf. J. L. Austin, op. cit., p. 35; E. v. Savigny, *Die Philosophie der normalen Sprache*, op. cit., pp. 136ss.

- (C.1) Quando, como freqüentemente ocorre, o procedimento é destinado a pessoas, que têm certas opiniões ou sentimentos, ou quando serve para comprometer certo participante com um comportamento futuro qualquer, então uma pessoa que participa e assim invoca o procedimento tem, de fato, de ter essas opiniões ou sentimentos e os participantes têm de ter a intenção de comportar-se assim e não de outro modo.
- (C.2) E elas têm de, realmente, se comportar, então, também assim.

As diferenças de letras entre as diversas condições deve, segundo Austin, exprimir as diferenças importantes entre elas. A diferença fundamental é entre as quatro primeiras e as duas últimas, pois, no caso das quatro primeiras, há uma falha que impede a própria realização do ato, enquanto nas outras duas o ato chega a realizar-se, porém de modo abusivo. Entre A e B existe a seguinte diferença: no caso de A, trata-se da não-existência de tal procedimento; no caso de B, de sua falsa aplicação. Portanto, as expressões lingüísticas estão sujeitas à mesma doença das ações convencionais. Consideremos cada um dos casos:

- (A.1) Eu te ofendo não é uma expressão com que se pode ofender alguém, ou seja, não há convenção que faça da expressão "eu te ofendo" uma expressão de ofensa. Quem diz isso com a intenção de ofender alguém não ofende, não realiza o ato de ofensa. Invocou-se uma convenção que simplesmente não existe. (A.20) Eu te nomeio, como expressão pronunciada tendo já sido feita a nomeação, ou depois que um outro já nomeou, ou quando o "tu" é um cavalo. (B.1) Aposto que a corrida hoje não se realiza, quando há mais de uma corrida planejada. (B.2) Tento casar dizendo sim, mas a noiva diz não. O procedimento, nesse caso, é incompleto e por essa razão não se realiza. Como já vimos, esses quatro primeiros casos têm em comum o fato de que faltas contra eles significam a não-realização do procedimento performativo. Não se consegue executar o que é proposto. Nos dois casos seguintes, o procedimento performativo chega a se realizar, mas há um abuso de regras: (C.1) Prometo vir: é uma promessa, mesmo que falte a intenção de cumpri-la. Trata-se aqui de uma deslealdade. (C.2) Paulo diz: prometo vir. Ele promete, e tem, de fato, a intenção de vir, mas depois muda

de idéia e não vem. Ora, isso é um abuso, pois ele levantou certas expectativas em relação a seu comportamento sem chegar a cumpri-las. Portanto, é uma inconseqüência.

Austin é de opinião de ter dado um quadro completo dos possíveis reveses, embora, de fato, uma mesma expressão lingüística possa pecar contra mais de uma dessas regras<sup>14</sup>. Além disso, nem sempre é muito claro a qual caso pertence exatamente uma “infelicidade” dessas. Analisemos as dificuldades com os diversos casos. Austin conclui: não nos podemos limitar simplesmente à proposição, quando queremos explicar o que não está certo, mas devemos levar em consideração “toda a situação”, na qual a expressão lingüística ocorre<sup>15</sup>. No entanto, a distinção — que está na base de tudo isso — entre procedimentos constataivos e performativos começa por muitas razões a aparecer a Austin como não pertinente e, em virtude disso, ele tenta definir os procedimentos performativos procurando critérios para sua distinção. Primeiramente são seguidos critérios de ordem gramatical (sintaxe) e vocabular sem sucesso, pois ele chega à conclusão de que, com muita probabilidade, não há aqui critério absoluto nem é possível estabelecer uma lista desses critérios. Além disso, em muitos casos, podem-se usar os mesmos procedimentos às vezes como constataivos, às vezes como performativos.

Diante de dificuldades tão grandes a que está sujeita a distinção entre procedimentos constataivos e performativos<sup>16</sup>, Austin resolve retomar toda a questão inicial e repensá-la. Sua pergunta é, então: que significa dizer que dizer algo é fazer algo? Permanece, portanto, a perspectiva fundamental: a linguagem é um tipo de ação humana.

14. Além desses casos, que poderíamos chamar de externos, há também numerosos “casos de transição”. Cf. W. Stegmüller, op. cit., p. 59: “Os numerosos exemplos formulados por Austin atestam que existem, em geral, situações de transição. Há transições que levam desde a convenção violada até o simples costume, do qual as pessoas se afastam em grau maior ou menor. Acresce que é possível considerar o comportamento humano — na medida em que se ajusta ou se afasta das convenções — sob a perspectiva de sua dinâmica temporal”.

15. Interpretar os proferimentos fora da situação em que são proferidos, reduzindo-os a descrições de fenômenos espirituais ou fenômenos da alma, é o que Austin denomina de “falácia descritiva”. Cf., a respeito: W. Stegmüller, op. cit., p. 59.

16. Cf., a respeito dessas dificuldades: G. A. de Almeida, op. cit., p. 79.

Porém, a partir da experiência fracassada com a distinção entre procedimentos constataivos e performativos, busca-se agora compreender, de maneira mais pertinente, a ação lingüística. O resultado dessa tentativa é a primeira articulação sistemática da “teoria dos atos de fala” exposta por Austin nos cinco capítulos finais de sua primeira obra.

### b) Teoria dos atos de fala: a pluridimensionalidade dos atos de fala

A teoria dos atos de fala pretende, em última análise, esclarecer a tese de Wittgenstein de que a significação das expressões lingüísticas consiste em seu uso. Austin considera essa tese, com razão, extremamente indeterminada e, acima de tudo, tratada sem sistematicidade. Faz-se necessário, em vista da infinitude de usos da linguagem, tentar uma certa sistematização para se poder captar, com maior clareza, as diferentes funções da linguagem humana. Essa “ordenação” dos usos da linguagem é efetuada a partir da pergunta: que se pode fazer com uma expressão lingüística, ou seja, que é um ato de fala? Para Austin, um ato de fala qualquer, mesmo o mais simples, é uma realidade complexa, contém muitas dimensões. Para podermos captar a ação lingüística em sua totalidade, faz-se necessário, em primeiro lugar, tentar analisar suas diferentes dimensões. Tomemos um ato de fala qualquer. Quando alguém diz por exemplo: este jacaré é perigoso. Em primeiro lugar, ele diz alguma coisa, executando, portanto, um ato de fala: ele faz certos ruídos, que são, por exemplo, foneticamente pesquisáveis: pronuncia uma frase portuguesa, em princípio compreensível por todos aqueles que pertencem a essa comunidade lingüística<sup>17</sup>, e com isso faz uma afirmação a respeito de determinado animal. Austin denomina ato “locucionário” à totalidade da ação lingüística em todas as suas dimensões, e a teoria que trata desses atos sob essa perspectiva de “pesquisa das locuções”: cada procedimento lingüístico é, pois, um tipo de ação humana, isto é, um ato locucionário.

17. Isso significa dizer que o significado dessas palavras é “convencional” e, portanto só determinável em seu sentido a partir das interações sociais que o geraram.

A primeira dimensão da linguagem humana é a do agir: usando a linguagem agimos. Dizer isso depois do Segundo Wittgenstein<sup>18</sup> já não constitui novidade e, por essa razão, tal afirmação é, apenas, o ponto de partida para a distinção de outras dimensões da linguagem que Austin pretende tematizar.

Antes de continuar o processo de descoberta das novas dimensões do ato locucionário, Austin retoma uma distinção importante anteriormente realizada: a distinção entre o ato fonético, o fático e o rético<sup>19</sup>. O ato fonético consiste simplesmente na execução de certos ruídos. O ato fático consiste na expressão de certos vocábulos, isto é, palavras, ruídos com uma forma determinada, que pertencem a um vocabulário determinado e seguem uma gramática. O ato rético consiste em usar palavras para falar sobre algo, para dizer algo mais ou menos determinado. A execução do ato fático pressupõe o ato fonético. É importante ter essa distinção diante dos olhos, embora ela não ajude a solucionar o antigo problema levantado por Austin. É considerando o próprio ato locucionário que Austin vai descobrir uma outra dimensão do ato de fala que ele denomina ato "ilocucionário": no ato de dizer algo, fazemos também algo. Para poder determinar que ato ilocucionário está em questão, temos de nos perguntar como o ato ilocucionário é usado, isto é, se para informar, levantar uma questão, exprimir uma intenção, fazer um juízo, apelar, ameaçar etc. Assim, em nosso exemplo: o jacaré é perigoso, conhecemos bem a

18. Wittgenstein, em sua segunda fase, como vimos, considera a linguagem humana, acima de tudo, como uma forma de atividade social. Falar de linguagem é falar da práxis simbólica que gesta sociabilidade. Cf. D. M. de Souza Filho, *Filosofia, Linguagem e Comunicação*, São Paulo, 1984, p. 33: "É através de jogos de linguagem que os indivíduos aprendem na infância a usar certas palavras e expressões. Na realidade, o que o indivíduo aprende não é pura e simplesmente uma palavra ou expressão, mas um jogo de linguagem completo, vale dizer, como usar determinada expressão lingüística em um contexto determinado para obter certos fins... Um jogo de linguagem é, assim, uma forma de atividade social, parte de uma 'forma de vida' (IF, 19,23). Ao usar a linguagem, estamos agindo em um contexto social, e nossos atos são significativos e eficazes apenas na medida em que correspondem às determinações dessas 'formas de vida', dessas práticas e instituições sociais. Em seu uso da linguagem, os falantes seguem regras, não apenas lingüísticas *stricto sensu* (isto é, gramaticais, fonéticas, semânticas), mas sobretudo pragmáticas".

19. Cf. J. L. Austin, *Zur Theorie der Sprechakte*, op. cit., pp. 110ss.

significação, porém podemos perguntar sobre sua força ilocucionária, isto é, se a pessoa que disse isso pretendia informar, ou emitir um juízo, ou advertir etc. A linguagem tem muitas funções, e o ato ilocucionário significa a expressão de determinada função. É muito importante distinguir essas diversas funções, isto é, distinguir a força ilocucionária de nossos atos locucionários. O ato ilocucionário é aquele que se executa na medida em que se diz algo, isto é, na medida em que se executa um ato locucionário. Stegmüller considera o ato ilocucionário um ato não-temático que acompanha o ato locucionário<sup>20</sup>.

Para Austin, a teoria do uso como critério de significação permaneceu indeterminada por não ter sido capaz de distinguir os diferentes atos ilocucionários. Como o ato ilocucionário não é, em muitos casos, explícito, sua força só pode ser explicitada por meio da consideração de todo o contexto<sup>21</sup>. Trata-se da determinação não do significado, mas do papel exercido pela expressão na linguagem<sup>22</sup>. A indeterminação da palavra "uso" consiste na incapacidade dessa distinção entre referência — aquilo sobre o que se fala e o que se diz disso — e o papel, isto é, a força ilocucionária.

Além disso, executando atos locucionários e ilocucionários podemos realizar ainda outra ação: é a terceira dimensão do ato de fala, que Austin denomina ato "perlocucionário", isto é, provocar, por meio de

20. Cf. W. Stegmüller, op. cit., p. 53.

21. Cf. D. M. de Souza Filho, op. cit., p. 26: "... mesmo nesses casos 'informais', as convenções referentes ao contexto e aos papéis dos falantes nesse contexto são essenciais para a possibilidade e o sucesso do ato ilocucionário, e esse contexto pressupõe necessariamente a existência de instituições e práticas sociais relacionadas a valores e interesses, embora sua incidência sobre esses atos possa ser indireta... é apenas num contexto institucional, em maior ou menor grau, que determinado ato locucionário pode vir a se constituir em um ato ilocucionário".

22. Precisamente, esse papel só se pode determinar por meio da consideração da situação na qual emerge o proferimento. Cf. a argumentação de Austin a este respeito em: J. L. Austin, *Wort und Bedeutung*, Munique, 1975, pp. 328ss. Hare exprime assim essa exigência central da nova perspectiva de análise da linguagem: R. M. Hare, "A School of Philosophers", in: *Essays on Philosophical Method*, Londres/Basingstoke, 1971, p. 51: "... philosophers are concerned with words as having meanings or uses; and these at any rate cannot be studied without seeing how words are used, in concrete situations, to say various things; and, of course, this involves (as is evident from our practice) a careful study of the situations, in order to find out what is being said".

expressões lingüísticas, certos efeitos nos sentimentos, pensamentos e ações de outras pessoas. A expressão lingüística pode ser proferida tendo como finalidade produzir esses efeitos, isto é, exercer influência, de uma forma determinada (convencer, levar a uma decisão, levar a um protesto etc.), sobre outras pessoas. Em nosso caso: o jacaré é perigoso — a pessoa que diz isso pode fazê-lo na intenção de convencer os outros a se afastar do jacaré, ou seja, a execução desse ato de fala implica a intenção de produzir determinado efeito no parceiro. Que Pedro diga essa frase — o jacaré é perigoso — é um ato locucionário; que Pedro, por meio dessa expressão lingüística, faça uma advertência, isso é o ato ilocucionário; que por meio dessa expressão Pedro consiga afastar alguém do jacaré, isso é o ato perlocucionário. Os três atos são realizados por meio da mesma expressão lingüística, o que manifesta que não se trata de três atos distintos, mas de três dimensões do mesmo ato de fala. Não se trata, pois, de atos diversos, mas de “três aspectos, dimensões, momentos do único ato de fala”.

Austin pretende, em suas considerações, dar primazia ao ato ilocucionário, que, segundo ele, foi desprezado pela tradição filosófica a favor dos atos locucionário e perlocucionário, inclusive pela filosofia, que acentua o uso da linguagem, fazendo desaparecer a distinção entre essas três dimensões.

Como ações, os três diferentes tipos de ato ou momentos de ato executados estão sujeitos aos riscos a que todas as ações estão sujeitas. Assim, por exemplo, podemos perguntar se alguém, com suas palavras, ameaçou ou tentou ameaçar. Também é necessário não esquecer que, por exemplo, para os atos ilocucionários é determinante a existência de convenções<sup>23</sup>. É precisamente de acordo com certas conven-

23. O ato ilocucionário é, essencialmente, constituído por “convenções sociais” e ele só se realiza se satisfaz a essas convenções determinadas e a determinadas condições. Cf. G. A. de Almeida, op. cit. p. 80: “Os atos ilocucionários são essencialmente convencionais na medida em que podem sempre ser explicitados por meio de um performativo, quer dizer, na medida em que a força ilocucionária de um proferimento depende da existência de uma convenção aceita que estipula que proferir tais e tais palavras em tais e tais circunstâncias por tais e tais pessoas tem a força de tal ou tal ato”... Para Savigny, Austin se concentra nas convenções que estabelecem as formas dos atos ilocucionários, não considerando as convenções que estabelecem os resultados desses atos. Cf. E. v. Savigny, “John Langshaw Austin: Hat die Wahrnehmung eine Basis?”, in: *Grundprobleme der grossen Philosophen. Philosophie der Gegenwart* III (ed. por J. Speck), Göttingen, 1975, pp. 211-212.

ções que determinado ato é, por exemplo, uma ameaça numa determinada sociedade, sem que isso tenha de ocorrer numa outra sociedade. Para Austin, até mesmo o ato locucionário só pode ser entendido a partir de convenções, pois o ato não é um comportamento puramente físico como pensa o behaviorismo. No caso do ato perlocucionário se faz necessário que seu autor tenha tido a intenção de realizá-lo, isto é, de conseguir esses efeitos, do contrário se estaria realizando apenas por acaso um ato perlocucionário.

Os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários exprimem as três diferentes dimensões do uso de expressões lingüísticas. Austin dedica boa parte do final de sua obra para exprimir com maior clareza e maior rigor a diferença entre atos ilocucionários e perlocucionários. A argumentação de Austin consiste, sobretudo, em mostrar que o ato ilocucionário não é uma consequência (um efeito) do ato locucionário e que o ato perlocucionário causa, provoca efeitos. Contudo, faz-se necessário reconhecer que, apesar da diferença, o ato ilocucionário também tem a ver com a produção de efeitos:

1. Sem que seja realizado um certo efeito, não se realiza o ato ilocucionário, embora este não consista na produção de certos efeitos. Não se pode dizer que alguém ameaça uma pessoa sem que essa pessoa ouça a expressão lingüística e a entenda de determinado modo. Normalmente essa influência, necessária para a realização do ato ilocucionário, limita-se à compreensão da significação e da força ilocucionária das expressões lingüísticas. A compreensão é, pois, condição de possibilidade da execução de um ato ilocucionário.
2. O ato ilocucionário tem efeitos, resultados, mas de um modo que difere fundamentalmente da produção de efeitos no sentido usual da palavra, isto é, da produção de coisas na natureza, das mudanças no curso dos acontecimentos. Quando, por exemplo, se batiza um navio com o nome de “Rainha Elizabeth”, então o efeito é que, de agora em diante, certas ações não estarão em ordem, como por exemplo chamar o navio de “Generalíssimo Stalin”.
3. Muitos atos ilocucionários, em virtude de convenções, exortam a reações ou respostas. A resposta ou a reação implica uma segunda ação do que fala ou de outra pessoa. Quando se diz, por



exemplo: dei-lhe uma ordem e ele obedeceu, a obediência era uma resposta à minha ordem. Posso mesmo dizer: levei-o a obedecer, exprimindo, contudo, com esta última expressão, o fato de que outros meios, além dos lingüísticos, foram usados para a consecução desse fim. É importante acentuar a diferença, no caso, entre atos ilocucionários e atos perlocucionários. “A relação entre o meio lingüístico utilizado e o efeito perlocucionário visado é uma relação de meio a fim, portanto uma relação instrumental que depende de um nexos causal. Ao contrário, a relação entre o meio lingüístico utilizado e o efeito ilocucionário visado é convencional no sentido de que é uma convenção que estabelece a equivalência entre dizer e fazer<sup>24</sup>. O difícil, contudo, é estabelecer onde começam e onde terminam as convenções. É necessário notar que ambas as ações podem ser executadas a partir de meios não-lingüísticos, ou seja, a partir de meios não-lingüísticos podemos executar ações que correspondem, por exemplo, ao ato ilocucionário “ameaçar” ou ao perlocucionário “convencer”. Na décima preleção<sup>25</sup>, Austin tenta enumerar critérios para a distinção entre atos ilocucionários e perlocucionários. Contudo, ele mesmo reconhece que tais critérios de modo algum levantam a pretensão de ser definitivos.

Os critérios apresentados são de ordem lingüística. A essa altura, Austin retoma seu ponto de partida, perguntando: que ligação há entre os procedimentos performativos e os atos ilocucionários? É válida a distinção inicial entre procedimentos constativos e performativos? O resultado da segunda parte de sua pesquisa é que toda vez que se diz algo são realizados atos locucionários e ilocucionários. Ora, a distinção entre atos constativos e performativos pretendia distinguir entre dizer e falar, e agora sabemos que são inseparáveis. Portanto, tem essa distinção ainda algum sentido? Não, pois o constatar, que foi considerado o específico dos procedimentos constativos, é um ato ilocucionário como qualquer outro, de modo que quando se faz uma constatação executa-se um ato ilocucionário semelhante a ameaçar, advertir, protestar, prometer etc., e por isso está sujeito a todos os malogros próprios aos atos performativos, como também podemos

24. G. A. de Almeida, op. cit. pp. 80-81.

25. J. L. Austin, op. cit., pp. 134ss.

realizar com eles os mais diferentes atos perlocucionários. Em suma, a distinção feita é insustentável, porque abstrata: faz a exclusão de outros momentos. Assim:

- a) No caso dos procedimentos constativos, abstrai-se dos aspectos ilocucionários e perlocucionários do ato de fala para se concentrar única e exclusivamente no aspecto locucionário. Além disso, a idéia de adequação aos fatos, que foi aqui pressuposta como pensada pela tradição, é simples demais, pois, também para ela, a força ilocucionária é essencial. É pressuposta aqui na tradição, como aspiração última, a idéia do conhecimento perfeito, que seria certo para qualquer pessoa, para qualquer fim, em todas as circunstâncias, em todos os tempos, ou seja, que fosse essencialmente a-histórico.
  - b) Nos procedimentos performativos, “só” consideramos o aspecto ilocucionário, deixando de lado a correspondência aos fatos. Em virtude disso, Austin considera essa distinção inicial ultrapassada e substituída pela teoria da pluridimensionalidade dos atos de fala. Austin quer pôr, no centro de suas considerações, não abstrações, mas a totalidade do ato de fala em todos os seus momentos, e é exatamente isso que a teoria dos atos de fala pretende dar. Uma última tarefa é executada nessa obra por Austin: a pesquisa de verbos que explicitam a força ilocucionária das expressões lingüísticas. Ele divide esses verbos em cinco classes, dando-lhes, segundo sua opinião, denominações bárbaras: expressões veridictivas, exercitivas, comissivas, conductivas e expositivas.
1. Expressões veridictivas: consistem na articulação de um juízo (oficialmente ou não) a respeito de valores ou de fatos com base em material de prova ou em argumentação. Uma expressão veridictiva é um ato judicial. Exemplos: diagnosticar, interpretar, julgar, considerar junto, responsabilizar etc.
  2. Expressões exercitivas: consistem em decidir-se a favor ou contra determinado comportamento. Elas não são, portanto, um juízo, como no caso anterior, mas uma decisão de que algo deveria ser assim ou assado. Exemplos: proibir, agraciar, estimar, confiar, prescrever, conceder, advertir, exigir, propor etc.

3. Expressões comissivas: o sentido destas expressões é comprometer o locutor com um comportamento determinado. Exemplos: dar a palavra, comprometer-se, jurar, provar, dispor-se, manifestar intenção, garantir etc.
4. Expressões conductivas: trata-se, aqui, de reação ao comportamento e ao destino de outras pessoas e de atitude ou expressão de atitude diante do comportamento passado ou iminente de um outro. Exemplos: agradecer, felicitar, criticar, saudar, desejar, reclamar, lamentar, queixar-se etc.
5. Expressões expositivas: sua finalidade é tornar claro em que sentido as expressões devem ser consideradas. Com elas se exprime uma intenção, uma justificação ou a significação das palavras próprias. Exemplos: classificar, mencionar, comunicar, testemunhar, reconhecer, relatar, corrigir etc.

Resumindo: com as expressões veridictivas faz-se uso da força de julgar; com as exercitivas impõe-se influência, usa-se de autoridade; com as comissivas assume-se uma obrigação ou se manifesta uma intenção; com as conductivas assume-se uma atitude, e, por fim, com as expositivas explicam-se argumentos, fundamentações, comunicações. Uma tarefa que Austin deixou inconclusa foi a do possível malogro. Sua teoria dos reveses foi elaborada no contexto da dicotomia entre procedimentos constatativos e performativos. Ora, tal teoria foi superada, porém a teoria dos reveses não foi repensada a partir do novo horizonte.

### c) A nova forma de filosofia

A intenção última de Austin, em sua análise da linguagem, é estabelecer o terreno em que a filosofia se articula<sup>26</sup> e, assim, configu-

26. Como diz G. Bergmann, "Logical Positivism, Language and the Reconstruction of Metaphysics", in: R. Rorty, *The Linguistic Turn. Recent Essays in Philosophical Method, with an Introduction by R. Rorty*, Chicago/Londres, 1970, pp. 63-71), os filósofos analíticos não são filósofos da linguagem, mas filósofos no meio da linguagem (p. 63). O que está, portanto, em jogo não é uma disciplina regional da filosofia, mas um "novo paradigma" do filosofar, cuja afirmação central é que a linguagem é mediação intrascendível do filosofar. A questão é, então, como entender

rar o procedimento que lhe é próprio. A tese de Austin é fundamentalmente a de Wittgenstein, ou seja, a linguagem é essencialmente uma ação social: linguagem e sociabilidade se imbricam mutuamente de tal modo que a linguagem forma o horizonte a partir de onde os indivíduos exprimem a realidade. No entanto, é uma questão de base saber o caminho para a consideração da linguagem: Austin propõe o que ele chama "caminho lingüístico-fenomenológico"<sup>27</sup>, em que fenomenologia nada tem a ver com a reflexão transcendental —, cujo fim é a tematização da subjetividade anônima como fonte de constituição de todo sentido<sup>28</sup> —, mas significa a rejeição de qualquer postura teórica prévia (filosófica ou científica) para se dedicar à descrição das "coisas mesmas"<sup>29</sup>. A primeira coisa a ser descrita é a própria linguagem normal, pois é ela que contém as diferenciações e as conexões que os homens de gerações anteriores fizeram e que hoje constituem nosso vocabulário comum<sup>30</sup>. Partir da linguagem normal significa dizer que não se

isso. Para Austin, trabalhar a linguagem é condição de possibilidade para melhor conhecer a realidade. Cf., a respeito, D. M. de Souza Filho, op. cit., p. 36: "Austin afirma que, quando examinamos a linguagem e o uso de determinadas expressões, não estamos meramente examinando palavras ou sentenças e seus significados, mas a realidade sobre a qual falamos e na qual agimos. Estamos procurando uma visão mais aguçada da linguagem porque isso nos trará uma visão mais aguçada dessa realidade (1975:182)". A referência é: J. L. Austin, *Wort und Bedeutung*, op. cit. Cf. ainda E. v. Savigny, *John Langshaw Austin: Hat die Wahrnehmung eine Basis?*, op. cit., pp. 242ss.

27. A expressão já foi usada em escrito de programa metodológico de 1956. J. L. Austin, *A Plea for Excuses*, republicado em: *Philosophical Papers*, ed. por J. O. Urmson e G. J. Warnock, Oxford, 1961, pp. 123-152.

28. Cf. M. A. de Oliveira, "Die Phänomenologie Husserls als transzendente Empirie", in: *Subjektivität und Vermittlung. Studien zur Entwicklung transzendentalen Denkens bei I. Kant, E. Husserl und H. Wagner*, Munique, 1973, pp. 139ss.

29. W. Cerf, "Critical Review of 'How do to Things with Words'", in: K. T. Fann, *Symposium on J. L. Austin*, Londres 1969, p. 376: "When Austin called himself a linguistic phenomenologist, he must have had in mind, not the transcendental constitutive phenomenology of Husserl, but the popular descriptive phenomenology of Husserl's followers".

30. A respeito do tipo de fundamentação oferecida por Austin para essa tese, cf. D. F. Pears, "Wittgenstein and Austin", in: B. Williams/A. Montefiore (ed.), *British Analytical Philosophy*, Londres, 1966, p. 20. F. Copleston, "Sprache und Realität. Gedanken zur analytischen Philosophie", in: W. Becker/K. Hübner, *Objektivität in der Natur- und Geisteswissenschaften*, Hamburgo, 1976, p. 112.

pode captar a estrutura da linguagem humana independentemente da “situação” em que os sujeitos interagem simbolicamente.

Ora, para Austin o sentido se constitui num contexto situacional, em que faz sentido usar determinadas expressões ou não. Quer dizer: investigar a linguagem significa tematizar o contexto de sociabilidade, ou seja, o contexto sociocultural, onde ela se insere<sup>31</sup>. Aqui já vai emergindo aquilo que Apel vai chamar a dimensão transcendental da linguagem<sup>32</sup>: não há mais a dicotomia radical entre linguagem e realidade, pois a linguagem é o espaço de constituição do sentido da realidade para nós. O sentido não mais se constitui na interioridade de uma consciência transcendental, mas num contexto de regras e convenções de um contexto social determinado. O sujeito capaz de falar e agir só se entende a partir de um processo social, que emerge como condição de possibilidade de suas ações simbólicas. Portanto, sua linguagem só se compreende a partir da organização institucional da forma de sociabilidade na qual ele está situado, que é a raiz de seu comportamento no mundo.

Mas como podemos pesquisar, descrever a linguagem normal? O filósofo é um falante como qualquer outro, por isso ele não procede indutivamente, mas intuitivamente<sup>33</sup>: todo falante tem um conhecimento intuitivo das regras de seu falar, e o analista da linguagem apenas explicita essas regras, que já foram internalizadas pelo próprio processo de aprendizagem da língua. Como vai dizer posteriormente Searle, quando descrevo a linguagem, o que faço é tematizar aspectos

31. Essa perspectiva significa do lado da filosofia analítica, a partir da reviravolta do segundo Wittgenstein, uma fonte forte aproximação com a filosofia hermenêutica, o que explica, segundo Höhle, o sucesso do livro de Rorty (R. Rorty, *Der Spiegel der Natur*, Frankfurt, 1981), embora sua significação filosófica seja inferior à obra de Wittgenstein: V. Höhle, *Die Krise der Gegenwart und die Verantwortung Philosophie, Transzendentalpragmatik, Letzbegründung, Ethik*, Munique, 1990, p. 83.

32. K.-O. Apel, “Sprache”, in: *Handb. phil. Grundbegriffe* (ed. por H. Krings, H. M. Baumgartner, C. Wild), vol. V, Munique, 1974, pp. 1383-1402.

33. Segundo Hoche/Strube, o intuicionismo de Austin é o intuicionismo da tradição do empirismo, como por exemplo Hume explica em seu *Essay of the Standard of Taste*, dizendo do conhecedor de arte que, porque ele tem o “olho” correspondente, ele reconhece rápida e pertinentemente as belezas ocultas de uma obra de arte: H.-U. Hoche/W. Strube, op. cit., p. 230, nota 6.

de meu próprio domínio de uma capacidade dirigida por regras<sup>34</sup>. Portanto, nada tem a ver o conteúdo da análise da linguagem com a generalização de entrevistas: ela é a expressão de regras e não de regularidades empíricas<sup>35</sup>. Nesse sentido, a análise da linguagem não é tanto uma ciência empírica nomológica<sup>36</sup>, mas um saber reconstrutivo de uma ação regrada.

Em função de que se faz essa análise? A tese de Austin: se a linguagem ordinária é a primeira palavra, ela não é, contudo, a última palavra, o que significa explicitar a “intenção crítica” da análise da linguagem. Isso vai levá-lo para além da postura aberta por Wittgenstein<sup>37</sup>. A linguagem do dia-a-dia não pode ser a última palavra, pois manifesta inadequações e arbitrariedades<sup>38</sup>: os homens do

34. J. R. Searle, *Sprechakte. Ein philosophischer Essay*, Frankfurt am Main, 1971, p. 24.

35. Nesse sentido, quando o analítico fala de linguagem ordinária como fundamento sobre o qual ele se baseia, não é simplesmente a linguagem do dia-a-dia com todas as obscuridades (S. Cavell, “Austin at Criticism”, in: *The Linguistic Turn*, op. cit., p. 251, mas o analítico “is not finally interested at all in how ‘other’ people talk, but in determining where and why one wishes, or hesitates, to use a particular expression oneself” (cf. H.-U. Hoche/W. Strube, op. cit., p. 233). É por essa razão que Austin exprime o caminho de sua pesquisa dizendo que teríamos de pesquisar “what we should say when”: J. L. Austin, *A Plea for Excuses*, op. cit., p. 129.

36. A respeito das críticas desse tipo de intuicionismo defendido por Austin para a análise da linguagem, cf. H. Albert, “Ethik und Meta-Ethik”, in: *Archiv für Philosophie* 11(1961) 28-63. H. Lenk, “Der ‘ordinary language approach’ und die Neutralitätstheorie der Metaethik”, in: H. G. Gadamer (ed.), *Das Problem der Sprache*, Munique, 1967, pp. 183-206. L. G. New, “A Plea for Linguistics”, in: *Mind* 75 (1966) 368-384. A respeito de uma crítica dessas críticas, cf. W. Strube, “Philosophische Analyse der Sprache sprachanalytischer Philosophen”, in: *Zeits. für allgemeine Wissenschaftstheorie* 11 (1980) 69-79.

37. Enquanto para Austin a linguagem ordinária não pode ser a última palavra, porque perpassada de inadequações e arbitrariedades, para Wittgenstein a linguagem ordinária é perfeitamente em ordem: L. Wittgenstein, *The Blue Book*, ed. por R. Rheer, 1933/34; a tradução alemã: *Das blaue Buch*, trad. de P. V. Morstein in: *Schriften*, vol. V, Frankfurt am Main, 1960-1982.

38. J. L. Austin, *A Plea for Excuses*, op. cit., p. 130. Daí a pretensão crítica levantada por Austin. Cf., a respeito: D. M. de Souza Filho, op. cit., p. 21: “A filosofia da linguagem ordinária pode ser entendida como filosofia crítica na medida de sua preocupação em refletir sobre a possibilidade e a legitimidade de certos usos lingüísticos e de sua investigação dos pressupostos que esses usos lingüísticos envolvem. Mais radicalmente, pode ser entendida não apenas como esforço de clarificação e interpretação

passado não possuíram os aparelhos técnicos necessários para ver a realidade; além disso, nem sempre foram isentos de paixões e preconceitos<sup>39</sup>. Assim, de nenhum modo se pode considerar a linguagem ordinária algo sacrossanto e intocável<sup>40</sup>. A linguagem é um meio heurístico indispensável para nosso conhecimento da realidade: por essa razão é necessário rigor e também muito empenho para melhorar esse instrumento.

No entanto, emerge a pergunta: como isso é possível? Qual a significação desse aperfeiçoamento? A filosofia da linguagem ordinária tenta compreender a linguagem a partir do contexto sócio-histórico, que gera os pressupostos possibilitadores dos atos de fala. Nesse sentido, embora pesquisando numa outra perspectiva, ela se aproxima da hermenêutica na medida em que ambas explicitam o contexto intersubjetivo, que gera o sentido. Também como a hermenêutica, ela carece de uma distinção muito importante, decisiva para exprimir o caráter próprio de uma reflexão crítica propriamente filosófica: uma coisa é a problemática da constituição do sentido (o problema da constituição e da compreensão do sentido na linguagem da hermenêutica), outra a de sua justificação (problema da validade). Que significa, então, dizer que a análise da linguagem é crítica enquanto teoria dos atos de fala? Uma resposta possível é: é crítica na medida em que tematiza as condições de realização dos atos de fala; portanto, na medida em que seus pressupostos são explicitados. J. Austin permanece aqui e não levanta a questão fundamental da “validade do sentido” intersubjetivamente constituído<sup>41</sup>. Com o levantamento dessa questão

da linguagem mas, sobretudo, também como questionamento do sentido dessas normas e convenções do discurso. Nesse sentido, essa crítica só pode ser empreendida como processo de autocompreensão. Resta saber em que condições tal procedimento crítico pode realmente efetivar-se”.

39. J. L. Austin, *A Plea for Excuses*, op. cit., p. 151.

40. R. M. Hare, *A School for Philosophers*, op. cit., p. 50: “We are not, as has been often suggested, uncritical worshippers of common speech”...

41. A tese de D. M. de Souza Filho de que a teoria dos atos de fala abre o espaço para uma reflexão crítica só se legitima porque ele aponta para a “dimensão normativa”, que possibilita a crítica, como ela se explicitou na pragmática universal de Habermas. Outra coisa é a fenomenologia lingüística de Austin: não há aqui uma explicitação da dimensão a partir de onde a crítica é feita. Permanecendo-se nesse nível, não se encontra uma resposta para a questão que o próprio Souza Filho levanta:

é que irá emergir o princípio normativo a partir de onde a crítica é possível<sup>42</sup>.

É precisamente essa questão que vão levantar depois a pragmática universal de Habermas e, sobretudo, a pragmática transcendental de Apel a partir de onde se vai explicitar a tarefa específica da filosofia, a fundamentação do pensar e do agir do homem no mundo. Austin, com seu caminho lingüístico-fenomenológico, parece permanecer no espaço aberto pelo empirismo moderno. A pergunta que aqui fica é se, dentro desse horizonte, é possível distinguir com pertinência entre uma ciência empírica da linguagem (ou também uma ciência reconstrutiva) e a filosofia enquanto teoria crítica<sup>43</sup>. Numa palavra, Austin teria de justificar as condições de possibilidade da melhora da linguagem ordinária que ele, em sua ciência crítica, pretende efetivar. Só a resposta a essa questão poderia mostrar se Austin, efetivamente, supera a negação da filosofia proposta por Wittgenstein.

D. M. de Souza Filho, op. cit., p. 17: “Tendo em mente essas considerações, podemos formular a seguinte questão, que expressa um dilema: a filosofia da linguagem ordinária parte da concepção de que a linguagem é ação, isto é, usar a linguagem é realizar atos de fala em um contexto social determinado; e propõe-se a desenvolver uma análise dos problemas filosóficos pelo exame do uso de expressões e atos lingüísticos envolvidos nesses problemas; até que ponto pode esse projeto ser crítico em sua investigação da linguagem e de seus pressupostos se a linguagem, com todos os seus elementos ideológicos, é ela própria um pressuposto da investigação?”

42. Então será possível explicitar com mais clareza do que ocorreu até então a diferença entre o conhecimento explicativo falível de regras empíricas e o conhecimento sobre as condições de possibilidade e validade de tal conhecimento, o que é propriamente o específico da atividade filosófica.

43. Levantar essa questão significa desembocar na questão da fundamentação última como específico do “jogo de linguagem” da filosofia. Mas é isso precisamente que parece impossível para quem permanece simplesmente na ótica da teoria dos atos de fala como Austin articulou. Cf. D. M. de Souza Filho, op. cit., p. 24: “Uma vez que não há o objetivo de estabelecer uma certeza absoluta que sirva de fundamento para a teoria, o problema da circularidade é apenas aparente. Há, pelo contrário, o reconhecimento da inevitabilidade de um apelo à linguagem como pressuposto da investigação, precisamente um reconhecimento da impossibilidade de estabelecer uma certeza absoluta; o que tem como consequência a constituição de um procedimento que recusa as respostas definitivas em razão de sua admissão de que a linguagem depende de um contexto socialmente determinado e que, portanto, essas conclusões e resultados são sempre relativos e provisórios”.